

ASSOCIATIVISMO CIVIL CONTEMPORÂNEO: COMPROMISSO COM QUAL PROJETO SOCIETÁRIO?

Valci Melo¹

RESUMO

O presente estudo analisa, à luz do materialismo histórico-dialético de caráter ontológico, o que tem sido chamado de novo associativismo em contraposição às ações e às práticas coletivas encabeçadas por organizações e movimentos sociais populares, especialmente nas décadas de 1960 até 1980, no Brasil. No percurso, examinam-se os rumos políticos que o associativismo civil tomou, sobretudo, a partir da década de 1990, bem como as diferentes perspectivas de análise acerca deste processo. Por fim, conclui-se, na esteira da teoria marxista enquanto perspectiva teórica revolucionária, que as lutas em torno das quais o associativismo civil contemporâneo se articula estão comprometidas mais com o aperfeiçoamento da ordem vigente do que com a transformação radical da forma de sociabilidade capitalista.

Palavras-chave: Associativismo civil. Projeto societário. Marxismo.

CONTEMPORARY CIVIL ASSOCIATIVITY: COMMITMENT WITH WHICH SOCIAL PROJECT?

ABSTRACT

The present study examines, in the light of historical and dialectical materialism of an ontological character, that which has been called the new associativity as opposed to collective actions and practices led by popular organizations and social movements, especially in the decades from 1960 to 1980 of the twentieth century in Brazil. Throughout the study, we analyze the political direction the civil association has taken, mainly since the 1990s, as well as the different analytical approaches of this process. Finally, in the footsteps of revolutionary Marxist theory, it is concluded, that the struggles around which the modern civil associations articulate themselves are more committed to the improvement of the existing order than to the radical transformation of the capitalist form of sociability.

Keywords: Civil Associations. Societal project. Marxism.

¹ Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL), licenciando em Ciências Sociais e mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor da rede pública municipal de São José da Tapera- Alagoas. Email: valcimelo@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade, do comunismo primitivo ao modo de produção capitalista, está carregada de situações nas quais o ser social², impossibilitado de enfrentar sozinho, e com êxito, os desafios do cotidiano, apela à coletividade no intuito de conjuntamente caminhar na direção daquilo que é comum àqueles/as que estão reunidos.

Essa agremiação, por sua vez, foi ao longo dos tempos históricos não apenas assumindo vários rostos e significados como também manifestando um caráter cada vez mais pedagógico e uma adesão sempre mais clara a um determinado tipo de projeto societário³.

Aqui, por sua vez, buscaremos analisar as configurações que o associativismo civil vem assumindo no Brasil desde a segunda metade do século XX, dedicando uma atenção especial à cultura política que caracteriza o associativismo civil pós-anos 1990, o qual tem sido chamado por Gohn (2008), em contraposição às ações e práticas coletivas encabeçadas por organizações⁴ e movimentos sociais populares, especialmente, nas décadas de 1960 até 1980, de novo associativismo⁵.

² Sujeito produtor e produto da própria história e do destino da coletividade através das relações que estabelece com a natureza, mediante seu trabalho, e com os demais indivíduos (TONET, 2007).

³ Tonet (2013), tratando do método científico na perspectiva da *ontologia marxiana do ser social*, ao enfatizar o “caráter absolutamente ineliminável” das classes sociais no processo de produção do conhecimento destaca: “independente de ser admitida conscientemente, e mesmo quando explicitamente rejeitada, ela sempre intervém no processo de conhecimento, pois não pode haver neutralidade axiológica numa sociedade perpassada pelo antagonismo das classes sociais” (2013, p. 108). A nosso ver, esse pressuposto da impossibilidade da neutralidade axiológica é válido para todas as mediações da vida social, estando, pois, contemplada a ação coletiva desenvolvida pelas organizações, movimentos e lutas sociais.

⁴ Organização social significa aqui o campo do associativismo de caráter mais institucionalizado, constituído por entidades que podem ou não, a depender da necessidade, apresentar personalidade jurídica. Já os movimentos sociais populares são aqui expressos como “correntes de opiniões e forças sociais” (ANDRADE, p. 05) manifestadas pelo conjunto articulado dessas organizações e lutas, caracterizando-se, como afirma Gohn, em “[...] ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (2004, p. 02). O adjetivo “popular” usado em movimentos sociais configura-se, como observa D. Garcés (2006), em uma forma de acentuar “a existência de outros movimentos sociais não marcados pelo caráter popular” (p. 78).

⁵ Este termo é aqui expresso não de modo restrito à acepção jurídico-política enquanto “pessoas jurídicas de direito privado” (art. 44 do Código Civil Brasileiro), mas em uma perspectiva sociopolítica que abrange, além das tradicionais associações, sociedades e fundações, Organizações Não-Governamentais (ONG’s), movimentos sociais, entre outras formas de organização e ação coletiva (TINTI e HOROCHOVSKI, 2008, p. 05).

Configurações do associativismo civil na segunda metade do século XX

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil viveu uma fervorosa atuação das organizações e movimentos sociais populares tanto no campo como na cidade (GIANNOTTI, 2009; SOARES DO BEM, 2006; GOHN, 2005; 2008). Até o final da década de 1960, aproximadamente, parte considerável destas ações e forças coletivas, especialmente aquelas a partir da *luta armada*, tinham como pano de fundo explicativo e visão de mundo norteadora a luta pelo socialismo, a qual, após 1964, passava, inevitavelmente, pelo combate imediato ao regime militar (MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011).

Após meados da década de 1970, contudo, este processo de associativismo assumiu características políticas diferentes da década anterior (GOHN, 2008; SCHERER-WARREN, 2008, p. 506). Encabeçado pelo que se convencionou chamar *novos movimentos sociais*, este processo de associativismo civil assumiu, com maior intensidade a partir dos anos de 1980, clara afeição por valores como a cidadania e a democracia (DIAS, 2003; GOHN, 2004; 2005; 2008; DURIGUETTO et. al., 2009).

Decepcionados com a experiência soviética, cujo maior defeito teria sido a falta destes elementos constituintes da emancipação política, e angustiados com a ditadura militar vigente no país desde abril de 1964, os *novos movimentos sociais*⁶ tinham clareza do seu papel e da sua identidade: ser instrumento de resistência e construção de uma sociedade democrático-cidadã⁷, na qual tanto o Estado como o mercado pudessem ter nova configuração e função social. Como destaca Horochovski, após analisar as transformações pelas quais passa o Estado e a esfera pública em geral na segunda metade do século XX,

[...] nasce, no seio das ciências sociais, pensamento apologista de uma nova configuração do Estado, que preconiza uma reforma da política em direção a um regime de respeito às minorias, combinando o sistema representativo com o participativo, de co-governo, diante da inoperância das utopias que pregavam ou o fim do mercado ou o fim do Estado. Nesta abordagem, uma nova utopia comportaria o controle social do Estado e um mercado socialmente orientado (HOROCHOVSKI, 2003, p. 112).

⁶ Também chamados por alguns autores de movimentos sociais urbanos.

⁷ Tonet e Nascimento (2009), analisando em nível global a trajetória das lutas empreendidas pela esquerda, defendem que se vive, no campo das lutas sociais, um deslocamento “da centralidade do trabalho à centralidade da política”, o qual se dá, entre outras questões, por um processo de luta e resistência coletivas caracterizadas por uma cultura política que busca o aperfeiçoamento do capitalismo e o controle social do Estado.

Convencidos de que a conquista dos direitos democrático-cidadãos constituía uma ferramenta indispensável para o chamado “socialismo democrático”, estes sujeitos coletivos empenham-se incisivamente na derrubada do regime militar e no aperfeiçoamento da sociedade de modo que esta possa melhor corresponder, mediante a militância e a organização popular, aos anseios e necessidades da população.

Para levar a cabo a luta pelo “direito a ter direitos⁸” (GOHN, 2008, p. 84), estes movimentos e organizações sociais e populares são assessorados, conforme Gohn (2004), por uma categoria social nascente denominada *Organizações Não-Governamentais* (ONG's), mediante a vivência de um processo educativo já experimentado em décadas anteriores: a Educação Popular. Trata-se, como observa Luiz Eduardo Wanderley, de uma forma de fazer educação “[...] resultante de uma fecundação mútua entre os intelectuais orgânicos externos e internos às classes populares, [...] uma integração coerente entre teoria e prática” (WANDERLEY, 2010, p. 22).

Deste modo, compreendendo a necessidade de politização das classes populares, os *novos movimentos sociais* desencadeiam, sob a liderança do militante sociopolítico – entendido como “[...] aquele que defende ativamente uma causa e entra em combate para ver vitoriosas as ideias do grupo a que pertence” (SOUZA, 1999, p.132) –, um processo de luta e resistência coletivas. Como assinala Carlos e Silva, ao investigar os efeitos recíprocos da relação entre associativismo civil e participação popular nas políticas públicas,

[...] as práticas reivindicatórias dos movimentos sociais que escapavam aos esquemas tradicionais de clientelismo político impoem uma nova dimensão à ação associativa - a dimensão política - aquela que remete a práticas políticas mais complexas e universais (CARLOS e SILVA, 2006, p. 01).

Contudo, a partir da década de 1990, muitas dessas organizações e movimentos sociais populares, em especial as ONG's, têm sua atuação mais uma vez redefinida por uma série de fatores, entre os quais, pode-se destacar a profissionalização e a particularidade das bandeiras de luta e a variação nas fontes de financiamento de suas ações, sendo um dos aspectos mais agravados com esta

⁸ Embora esta expressão seja encontrada na obra de Gohn, é sabido que sua construção pertence à filósofa e cientista política judaico-alemã Hannah Arendt.

mudança o caráter político-pedagógico e organizacional deste/as. Como observa Soares do Bem,

[...] Se nas décadas anteriores, os movimentos sociais eram definidos por uma enorme capacidade de pressão e reivindicação, a partir da década de 90 estes passaram a institucionalizar-se por meio das organizações não-governamentais. Tais organizações assumiram o papel não apenas de fazer oposição ao Estado, mas de participar da elaboração de políticas públicas, contribuindo, assim, para ampliar a esfera pública para além da esfera estatal (SOARES DO BEM, 2006, p.1153).

Assim, na medida em que o combate deixa de ser alimentado pela “identificação com uma causa geral”, societária⁹, e se situa em torno da remuneração recebida e de questões específicas, bem como, para sobreviver, tem que contar com o Estado enquanto parceiro ou se submeter às exigências burocráticas de agências mantenedoras, as ONG's, principalmente, assumem uma atuação bastante técnica e localizada, na qual perde espaço, sobretudo, a formação da militância e a organização popular em torno de um projeto societário efetivamente humano (GOHN, 2008).

Perspectivas de análise do associativismo civil pós-década de 1990

O tratamento teórico-conceitual deste associativismo civil que desponta a partir da década de 1990, por sua vez, não recebe consenso (ANDRADE, 2004; SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004; GOHN, 2008; DURIGUETTO *et. al.*, 2009; MONTAÑO e DURIGUETTO, 2011). Um aspecto que parece não ser muito divergente é a constatação de que ele sofreu transformações em suas práticas, identidade e configurações (SILVA, 2004; GOHN, 2005; SCHERER-WARREN, 2008). No entanto, o juízo que se faz destas mudanças não é nada animador, sobretudo, por parte daqueles que esperam das organizações e movimentos sociais populares um compromisso não com o aperfeiçoamento, mas com a transformação mais profunda desta forma de sociabilidade.

Para Gohn, os movimentos e organizações sociais e populares que compõem o *novo associativismo*, em especial as ONG's, passam por uma crise à medida que perdem a capacidade de “mobilização das massas” (GOHN, 2005, p. 84). A autora argumenta:

⁹ Embora o associativismo civil dos anos 1970/1980 não seja mais portador de uma postura revolucionária, ao menos no que tange às causas pelas quais lutava, diferentemente do *novo associativismo*, parece ser de caráter mais geral e estratégico.

[...] Por ser (*sic*) mais fechados, centrados em si próprios, as grandes mobilizações tornaram-se escassas. Os temas das demandas situam-se no plano da ordem moral, como a liberdade, projeto de vida pessoal, respeito aos direitos fundamentais etc. E, usualmente, não tratam de reivindicações materiais ou políticas propriamente ditas. Não objetivam mudar o curso da História, nem combater a exploração do trabalho, nem mudar o regime político ou combater os detentores do capital (*id.*, 2008, p. 87).

Esta autora também enfatiza que uma das principais diferenças entre o que chama de *novo associativismo*, símbolo da década de 1990 até os dias atuais, e o que boa parte da literatura denomina *novos movimentos sociais*, característicos das décadas de 70/80 do século XX, é o fato de que neste novo contexto as organizações e movimentos sociais populares perderam o poder de mobilização e, sobretudo, o caráter político que lhes era peculiar.

Horochovski, ao examinar a relação de dependência por parte de organizações não governamentais no tocante à transferência de recursos financeiros pelo Estado, conclui:

[...] a relação entre ONGs, Estado e mercado pode não ser de parceria, mas de “captura”, pela qual as organizações estabelecem uma relação de submissão, de “terceirização” de políticas públicas e imposição da vontade estatal sobre os movimentos sociais [...] (HOROCHOVSKI, 2003, p.117).

Duriguetto *et. al.*, constata que, no que tange às atitudes de confronto e reivindicação, parece existir consenso entre os autores de que houve uma troca destas por uma postura de “condutas institucionais pragmáticas e propositivas” (DURIGUETTO *et. al.*, 2009, p.04), ganhando destaque categorias como negociação, diálogo e parceria. A mesma autora analisa que este comportamento dá um “conteúdo despolitizado” a estas organizações e movimentos e as fazem reféns do que chama de “ofensiva neoliberal”, a qual, segundo a mesma, “vai em direção de submetê-las à lógica do mercado, à despolitização e fragmentação das suas lutas e demandas, orientando-as para a defesa de interesses puramente corporativos e setoriais” (*ibid.*, p. 05).

Por outro lado, para autores como Andrade (2004), Silva (2004), Scherer-Warren e Lüchmann (2004), Scherer-Warren (2009), este novo formato das organizações e movimentos sociais populares não se constitui, efetivamente, em uma crise, mas na manifestação do caráter plural, criativo e conjuntural destes, sendo as teorias de classe insuficientes para explicar tal fenômeno. Embora reconheçam que as organizações e movimentos não se fazem mais portadores de um “projeto político geral de transformação social” (SILVA, 2004, p. 45), para estes

autores, por serem estas “forças sociais” produtores e produto do contexto onde estão inseridos, assumem configurações, formas e expressões diferentes ao longo dos tempos. Como argumenta Andrade,

[...] a noção de crise não explica suficientemente os novos perfis e as novas situações que envolvem os movimentos sociais populares. As alterações em suas identidades coletivas estão ora em parte relacionadas ao contexto, ora em parte à formulação permanente de projetos, a qual se expressa numa (sic) utopia de transformação social, construindo novos significados para a afirmação da cidadania e da emancipação humana, criando um campo político democrático popular (ANDRADE, 2004, p. 9).

Sobre a suposta insuficiência das teorias de classe para explicar os novos fenômenos e sujeitos políticos coletivos, Montaño e Duriguetto, que denominam tal perspectiva de “visões culturalistas” (p. 342), consideram que “[...] as ‘lutas sociais’, inclusive aquelas orientadas mais diretamente às *manifestações* e não ao cerne da ‘questão social’, representam desdobramentos das ‘lutas de classes’ [...]” (2011, p. 119, grifo dos autores), sendo um equívoco seu isolamento e/ou autonomização em relação ao ato fundante que é a “contradição capital-trabalho”. Ou seja, como mais adiante complementam estes autores marxistas:

Todas as lutas contra formas de desigualdade, de opressão, de exclusão, tornam-se, assim, importantes e fundamentais para a conquista da “emancipação política”, mas elas não garantem a “emancipação humana”. Para esta última, essas lutas (necessárias e fundamentais) devem confluir num processo que supere a divisão social em classes e a separação do produtor dos meios de produzir, ou seja, a eliminação da exploração, e com ela da ordem social burguesa (2011, p. 132).

Considerações finais

Ao longo desse trabalho, buscamos demonstrar que, desde a segunda metade do século XX, o Brasil vivenciou a manifestação de ao menos três configurações de associativismo civil, sendo um de caráter mais radical e revolucionário (década de 1960), um com forte dimensão reformadora, mas politicamente engajado (décadas de 1970 e 1980) e outro bastante despolitizado (a partir da década de 1990).

Nas duas últimas configurações, em especial, o compromisso com uma teoria e prática revolucionária, capaz de contribuir para a construção de uma *forma de sociabilidade efetivamente humana* (TONET, 2007) e, por que não dizer, comunista, foi cada vez mais abandonado, à medida que persistem, no máximo,

tentativas de humanização e aperfeiçoamento do capitalismo a partir do controle social do Estado e do mercado.

No decorrer do estudo, acreditamos ter sido demonstrado que o *associativismo contemporâneo*, com a reconhecidíssima despolitização que o caracteriza, articula-se, no máximo, com uma cultura política de caráter democrático-cidadã, isto é, comprometida com o aperfeiçoamento da ordem vigente e não com a superação radical da exploração do homem pelo homem.

Com isso, não queremos desmerecer as conquistas e o papel da democracia e da cidadania no processo de transição para uma sociedade qualitativamente superior à capitalista, mas evidenciar que, à medida que estes valores não assumem o enfrentamento radical desta forma de sociabilidade, não dão conta de superar a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, de enfrentar a raiz da desigualdade social e seus desdobramentos¹⁰.

Assim, como destaca Siqueira após investigar o papel dos movimentos sociais na construção de outra forma de sociabilidade,

Os “novos” movimentos sociais para possibilitarem aos indivíduos a sociabilidade coletiva e plena de sentido necessitam construir e desenvolver ações para além das formas atuais de sociabilidade capitalistas, questionando a ordem do capital, não se perdendo no campo de ações fenomênicas, imediatas e particularizadas. Essas ações são importantes na medida em que estiverem vinculadas a um projeto mais amplo de sociedade, que se constitua em alternativa ao capitalismo (SIQUEIRA, 2002, p. 6).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. L. de. Pesquisa participante como um processo pedagógico na educação popular. In: ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP). **Movimentos sociais e educação popular no nordeste**. Recife: EQUIP, 2004, p. 9-25 (Série Educação Popular; 2).

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 jan. 2002.

CARLOS, E.; SILVA, M. Z. e. **Associativismo, participação e políticas públicas**. Política & Sociedade. Revista de Sociologia Política, Florianópolis, 2006, v.5, nº 9, p.

¹⁰ Este debate acerca do papel/importância da cidadania e da democracia na construção de uma nova sociedade tem divergências profundas no âmbito do marxismo, mesmo entre aqueles que consideram o comunismo não apenas uma necessidade, mas também uma possibilidade concreta. O próprio Marx, num texto intitulado *A questão judaica*, ao contrapor os conceitos de emancipação política (do qual faz parte a cidadania e a democracia) e emancipação humana, afirma: “certamente, a *emancipação política* representa um enorme progresso. Porém, não constitui a forma final de *emancipação humana*, mas é a forma final desta emancipação *dentro* da ordem mundana até agora existente [...]” (MARX, 2003, p. 23-24, grifos do autor). Para aprofundamento desta temática, ver Marx (2010), Tonet (2007; 2010), Coutinho (2008), obras referenciadas ao final deste trabalho.

163-194. Disponível em <http://www.estudospoliticos.pro.br/pdf/artigo_associativismo_participacao.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2011.

COUTINHO, Carlos. Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cortez, 2008.

D. GARCÉS, M. Educação Popular e movimentos sociais. In: PONTUAL, P.; IRELAND, T. (org.). **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006. (Coleção Educação para Todos ; v. 4).

DIAS, E. da C. Arqueologia dos movimentos sociais. In: GOHN, M. da G. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Antigos e novos atores sociais. Petrópolis – RJ: Vozes, 2003.

DURIGUETTO, M. et. al. **Sociedade civil e movimentos sociais**: debate teórico e ação prático-política. Revista Katálysis, Florianópolis, jan.- jun. 2009, vol.12, nº.1, p. 13-21. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/03.pdf> >. Acesso em: 01 jul. 2010.

GIANNOTTI, V. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. 3. ed. rev. e ampliada. - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GOHN, M. da G. **Educação não-formal e cultura política**: impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 4ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2008 (Coleção Questões de Nossa Época).

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. revista – São Paulo: Cortez, 2005 (Coleção Questões de Nossa Época).

_____. **Sociedade civil no Brasil**: movimentos sociais e ONGs. Revista Nómadas, Santafé de Bogotá, 2004, n. 20, p. 140-151. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1051/105117734013.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

HOROCHOVSKI, R. R. **Associativismo civil e Estado**: um estudo sobre organizações não governamentais (ONGs) e sua dependência de recursos públicos. Em Tese. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, ago.– dez. 2003, vol. 1, nº 1, p. 109-127. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/f_Rodrigo.pdf>. Acesso em: 25 dez. 2010.

MARX, K. A questão judaica. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2003 (tradução: Alex Marins).

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**: de um prussiano. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (tradução: Ivo Tonet).

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez.

SCHERER-WARREN, I. **Educação popular e diálogo intercultural**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v. 11, nº 19, jan.-jun. 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufmt.br/revista/sistema/revistas/arquivos/1272643161.zip>>. Acesso em: 26 dez. 2010.

_____. **Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias.** Rio de Janeiro, jun. 2009. Disponível em: <www.npms.ufsc.br/wpapers/llse%20-%20Texto%20SBS.doc>. Acesso em: 04 out. 2011.

_____. **Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória?.** Cad. CRH, Salvador, v. 21, n. 54, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300007>. Acesso em: 23 out. 2013.

SCHERER-WARREN, I; LÜCHMANN, L. H. H. **Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil: introdução.** Política & Sociedade, Florianópolis, n. 5, out. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1976/1725>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

SILVA, C. S. M. da. Os movimentos continuam vivos. In: ESCOLA DE FORMAÇÃO QUILOMBO DOS PALMARES (EQUIP). **Movimentos sociais e educação popular no nordeste.** Recife: EQUIP, 2004, p. 41-55 (Série Educação Popular; 2).

SIQUEIRA, S. M. M. **O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade.** Anais da 25ª reunião anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. Caxambu - MG, 29 de setembro a 2 de outubro de 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/texced25.htm>>. Acesso em: 08 mar. 2011.

SOARES DO BEM, A. **A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, set./dez. 2006, vol. 27, nº 97, p. 1137-1157. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a04v2797.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2010.

SOUZA, N. R. de. **A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais.** Revista de Sociologia e Política, Curitiba, jun. 1999, nº 12, pag. 131-146. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/238/Resumenes/23801208_Resume_5.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2010.

TINTI, D. L.; HOROCHOVSKI, R. R.. **Jovens e cultura política em áreas costeiras do litoral do Paraná.** 6º encontro da ABCP, 29 jul. a 1 ago. 2008, UNICAMP: Campinas, SP. Disponível em: <http://cienciapolitica.servicos.ws/abcp2008/arquivos/22_7_2008_13_55_13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2011.

TONET, I. A propósito de 'Glosas críticas'. In: MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social": de um prussiano.** São Paulo: Expressão Popular, 2010 (tradução: Ivo Tonet).

_____. **Educação contra o capital.** Maceió, Edufal, 2007.

_____. **Método científico: uma abordagem ontológica.** São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, I.; NASCIMENTO, A. **Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política.** São Paulo, Alfa/Omega, 2009.

WANDERLEY, L. E. W. **Educação popular: metamorfoses e veredas.** São Paulo: Cortez, 2010.